

A problemática da escolha profissional a possibilidades e compromissos da ação psicológica

Luciana Albanesa Valore

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALORE, LA. A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica. SILVEIRA, AF., *et al.*, org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 66-76. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica

Luciana Albanesa Valore¹

A temática *Orientação Vocacional*, como é mais comumente conhecida, ou *Orientação Profissional*, como preferimos denominá-la – por razões que serão explicitadas adiante – vem envolvendo, já há algum tempo, estudiosos de distintas áreas do conhecimento que procuram definir seu âmbito e sua perspectiva de atuação. Deste modo, psicólogos, pedagogos, administradores e outros cientistas sociais têm se voltado para a análise do tema, o qual parece constituir um campo bastante abrangente e instigador de pesquisa e de intervenção.

Embora habitualmente associado à adolescência, o ato de decidir a respeito de uma ocupação profissional constitui momento de crise em qualquer época da vida, pois não se trata apenas de executar novas tarefas e sim, de **apropriar-se de uma nova identidade profissional**; portanto, mais urgente do que a questão “*O que quero fazer?*”, surge a questão “*Quem quero ser daqui em diante?*”?

Lado a lado a esta problemática, aquele que escolhe deverá lidar, também, com as perdas resultantes das escolhas referentes ao que ele irá deixar de lado, a quem ele não poderá ser e ao que deixará de fazer.

Nesta perspectiva, atualmente, o conceito de *vocação* como algo inato passa a ser revisto e é compreendido como algo que será **construído**, ao longo da vida do sujeito, mediante as suas relações com os outros, com o mundo e consigo e que, portanto, pode ser modificado. Levando-se em conta este pressuposto, a Orientação Profissional deixa de ser norteada pela metodologia psicométrica tradicional (mensuração de aptidões inatas), denominada de *modalidade estatística* por BOHOSLAVSY (1979), e passa a ser concebida, conforme MÜLLER (1988), como *processo de aprendizagem de uma escolha profissional* que deverá estar, necessariamente, articulado com a família, com a escola, com a comunidade produtiva e com os meios de informação como fatores que, interrelacionados aos aspectos pessoais (estrutura do aparelho psíquico,

¹ Professora e Supervisara de estágios de Psicologia Escolar da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

habilidades, interesses, desejos e identificações), convergem para a definição de uma identidade profissional.

Neste enfoque, a definição que mais se aproxima à nossa é a de MÜLLER:

Entendo a orientação vocacional como uma tarefa clínica, cujo objetivo é acompanhar a um ou mais sujeitos na elaboração de suas reflexões, conflitos e antecipações sobre seu futuro, para tentar a elaboração de um projeto pessoal que inclua uma maior consciência de si mesmos e da realidade socioeconômica, cultural e ocupacional que permita aos orientandos aprender a escolher um estudo ou ocupação e preparar-se para desempenhá-lo. **Esta ideia de orientação vocacional leva os orientandos a considerarem, em primeiro lugar, a construção de si mesmos, antes que a escolha eventual de uma ou outra profissão, dado que é a partir do esclarecimento de quem se é e aonde se deseja chegar que se depreende o que se quer fazer** (1988, pp. 8 e 9 grifo nosso).

Note-se, todavia, que na definição citada a pesquisadora utiliza o termo *vocacional*. Por estar originalmente vinculado a uma ideologia específica que privilegia os aspectos imutáveis, inatos e constitutivos do sujeito, e contrapondo-nos a tal ideia de predestinação que o termo pode eventualmente evocar, optamos por denominar a orientação de *profissional*, ao invés de *vocacional*. Procuramos, assim, evidenciar o fato de a “natureza” do ser humano, longe de estar ligada ao inato, estar relacionada a fatores de aprendizagem articulados a uma história pessoal construída em um contexto social e político de uma época. Neste sentido, a escola e os meios educacionais, dentre outros agentes sociais, desempenham importante papel no processo de aprendizagem de uma escolha.

Simultaneamente aos aspectos sociais, na *modalidade clínica* de Orientação Profissional, proposta por BOHOSLAVSKY (1979), são também consideradas, de forma significativa, as motivações inconscientes do sujeito como fatores determinantes no processo de escolha profissional. Convém enfatizar que o reconhecimento da natureza inconsciente de tais motivações, não invalida o trabalho voltado à realização de uma escolha autônoma e consciente. Ao contrário, o que se pretende nesta abordagem é justamente tornar conhecidos os determinantes de diferentes ordens – quer individuais, quer sociais – (para poder melhor dialetizá-los e até, quem sabe, superá-los) que aprisionam o sujeito em sua possibilidade de decidir.

Neste sentido, fica claro que a escolha parte sempre de uma história, a qual leva em conta, sobretudo, o processo das escolhas pessoais que antecedem ao momento da preocupação com a profissão.

Fatos observados, no cotidiano das relações de trabalho, como o desemprego, a concorrência acirrada no mercado, as aposentadorias em idade precoce, as condições críticas impostas pelo contexto socioeconômico nacional e internacional, as inovações tecnológicas e científicas, o surgimento contínuo de novas ocupações, a crescente demanda de qualificação profissional (e a desproporcionalidade entre o número de vagas no Ensino Superior e o número de candidatas), as mudanças nos critérios de empregabilidade, bem como aspectos observados no cotidiano das instituições educativas como a evasão no ensino fundamental, médio e, sobretudo, no ensino superior, e os inúmeros pedidos de reopção de curso na Universidade fornecem motivos suficientes para justificar a existência de serviços de Orientação Profissional.

Concomitantemente a esta realidade, tem-se a constatação dos prejuízos significativos acarretados por uma má escolha da profissão. Em tal circunstância, não será apenas o sujeito diretamente implicado a sofrer perdas lamentáveis, mas também o desenvolvimento da sociedade como um todo que acaba arcando com o ônus de tal situação, como por exemplo, no caso da evasão nas Universidades públicas, no custeio de tratamentos psicoterápicos ou psiquiátricos decorrentes de situações de crise profissional, e nas problemáticas, presentes em diversas instituições, que giram em torno de profissionais mal-adaptados à ocupação ou insatisfeitos com a mesma.

Considerando-se estes aspectos e confrontando-os com a inexistência de um serviço de Orientação Profissional na Universidade Federal do Paraná, ao longo de 1998, implantou-se no Departamento de Psicologia um projeto de extensão universitária, operacionalizado por 05 estagiários do 5º ano do Curso de Psicologia, ofertando tal trabalho à comunidade.

Objetivando proporcionar momentos de reflexão e de discussão em grupo sobre a problemática da escolha profissional, e, buscando criar condições, mediante o autoconhecimento e a informação, para a superação das dificuldades e dos obstáculos existentes na realização de uma escolha, uma vez conhecidos seus fatores determinantes, partiu-se da *modalidade clínica de Orientação Profissional*, formulada por BOHOSLAVSKY (1979).

A partir do trabalho feito no Centro de Psicologia Aplicada e em um Colégio de 2º grau, ao longo do ano, foram constituídos 16 grupos, tendo cada um a duração de dois meses e meio, com encontros semanais de duas horas cada, resultando no atendimento de aproximadamente 350 pessoas cuja faixa etária predominante era de 16-18 anos.

Antes do início da formação dos grupos, realizaram-se entrevistas individuais a fim de conhecer melhor os sujeitos interessados e de diagnosticar os benefícios que poderiam receber – ou não da modalidade de intervenção proposta. Os grupos funcionaram proximamente aos princípios e aos moldes do *grupo operativo* proposto por PICHON-RIVIÈRE (1991). As técnicas utilizadas consistiram em instrumentos individuais de exercício de autoconhecimento e de reflexão sobre os fatores implicados na escolha, no uso de dinâmicas de grupo especialmente voltadas para esta problemática e as suas diferentes implicações, e na realização de dramatizações e discussões. Outros recursos utilizados, relacionados mais especificamente à informação ocupacional, foram jogos individuais e *coletivos* sobre as profissões, entrevistas com profissionais, visitas a empresas e à UFPR, pesquisa e análise de material bibliográfico sobre os cursos de graduação e sobre as profissões. De muito auxílio para o nosso projeto foram os procedimentos metodológicos em OP desenvolvidos e compilados por autoras como MÜLLER (1988), LUCCHIARI (1993), CARVALHO (1995), dentre outros. Além disto, a criatividade dos estagiários de Psicologia em transformar técnicas já existentes e, mesmo, em desenvolver novos recursos adequando-os à realidade e ao momento de cada grupo atendido, merece destaque, confirmando a percepção de que a Orientação Profissional constitui excelente campo de produção do conhecimento.

O desenvolvimento de um trabalho de Orientação Profissional pressupõe o estudo e a avaliação de relevantes questões presentes na situação de escolha profissional. Desde a compreensão dos fatores envolvidos no processo de aprendizagem de tal escolha, da relação do sujeito com o seu desejo e de como isto pode ser articulado com as pressões sociais e com as opções profissionais existentes, das características da clientela que procura tal serviço, até a investigação dos recursos metodológicos para a intervenção em Orientação Profissional bem como as

possíveis formas de inserção deste trabalho nas escolas, abrem-se importantes frentes de pesquisa em Psicologia.

O desafio de adaptar a proposta de OP na estratégia clínica de BOHOSLAVSY para um trabalho com grupos, angústia sempre presente nos estagiários que se perguntavam constantemente como lidar com as questões individuais em grupo, foi sustentado pelas experiências de MÜLLER e de CARVALHO. Concluímos que, não obstante a prática da orientação individual ofereça a possibilidade de aprofundar uma problemática pessoal, as vantagens trazidas pelo trabalho em grupo são significativas. Como CARVALHO (1995), pensamos que:

Nenhum aspecto na orientação profissional individual substitui o sentir suas angústias compartilhadas, sentir aliados, companheiros e até mesmo cúmplices, enfrentando os mesmos problemas, minimizando a ansiedade; sentir que outros vivenciam dúvidas e dificuldades, poder aproveitar de outras experiências; sentir menos solidão e menos medo de crescer, num grupo que cresce junto (1995, p.103).

As possibilidades de ação psicológica, no contexto da problemática da escolha da profissão, têm se revelado bastante abrangentes. Especificamente pensando no âmbito do trabalho de Orientação Profissional, a ser desenvolvido tanto na escola quanto na clínica, inúmeras são as oportunidades de intervenção que vão desde a facilitação do exercício de autoconhecimento até o desempenho, por parte do psicólogo, da função de agente informativo, pela via do levantamento e da organização de dados relativos às ocupações, às carreiras existentes, ao mercado de trabalho, como também, da criação de material informativo (elaboração de vídeos, jornais, revistas, cd-rooms, etc.).

Através do trabalho de Orientação em grupo, na modalidade clínica, o psicólogo poderá contribuir para o alcance de uma série de objetivos, dentre os quais destacam-se: a) possibilitar a aprendizagem da escolha de uma profissão, visando à generalização desta aprendizagem para outras situações de crise; b) oferecer uma intervenção de cunho preventivo em um período crítico de mudança; c) proporcionar momentos de reflexão, objetivando o exercício do autoconhecimento relacionado, especialmente, aos fatores determinantes da escolha; d) criar condições para a superação de dificuldades e de conflitos decorrentes da escolha; e) contribuir para a

realização de uma escolha profissional autônoma, consciente e, sobretudo, consoante ao desejo do sujeito; f) possibilitar a reflexão e a discussão sobre os interesses, os receios e as expectativas bem como a aprendizagem e a troca de experiências em grupo; g) propiciar conhecimento, e encorajar a busca de informações, a respeito da realidade do mundo do trabalho, das profissões e do Ensino Superior; h) incentivar a elaboração de projetos de vida em que a escolha profissional venha a ter melhores chances de ser viabilizada; i) fornecer suporte emocional ao processo de formação da identidade profissional, e, também, estimular a família nesta direção; j) instigar a instituição escolar a desempenhar, de forma mais eficiente, seu papel frente à aprendizagem da escolha de uma profissão e frente à construção da identidade profissional.

Acreditamos que a oferta de um serviço de Orientação Profissional nas escolas possa se inserir no contexto mais amplo da intervenção em Psicologia Escolar, tendo como finalidade auxiliar a escola a tornar-se um lugar privilegiado para o exercício da escolha. Além disto, em uma perspectiva essencialmente preventiva, tal serviço poderá ser desenvolvido em empresas e organizações, na alocação e realocação de funcionários e em programas de preparação para a aposentadoria. Deste modo, pode-se vislumbrar a amplitude da ação psicológica em um campo como a Orientação Profissional, que congrega em sua complexidade aspectos referentes à saúde mental, à educação e ao trabalho e que resgata e integra, portanto, os diferentes conhecimentos relacionados aos três grandes campos tradicionais de atuação do psicólogo: o da Clínica, o da Escolar e o da Organizacional.

Concebida em nosso trabalho, como processo de *aprendizagem de uma escolha profissional*, a proposta de orientação encontra-se inserida em uma perspectiva de promoção de saúde mental, haja visto a possibilidade de desenvolvê-la desde a infância, como exercício de autonomia e de ocupação do lugar de agente, na construção de um projeto de vida, como também, a possibilidade de generalização desta aprendizagem para outras situações de vida, que demandem a tomada de decisões.

Além disto, torna-se fundamental, por parte daquele que escolhe, a compreensão de que esta é apenas uma das etapas de um processo contínuo que envolve a questão profissional. Trata-se, portanto, de instrumentá-lo no sentido de ser capaz de fazer novas opções futuras, sempre que se

mostrarem necessárias. Daí o caráter de aprendizagem permanente desta tarefa: o sujeito deverá saber buscar uma resposta, muito mais do que obtê-la de imediato.

Concomitantemente à investigação da problemática da escolha profissional e dos recursos metodológicos de intervenção, algumas questões preocupantes vêm se esboçando: Qual o papel da escola fundamental e do ensino médio na aprendizagem de uma escolha profissional? De que forma ela vem articulando a educação ao mundo do trabalho? Qual a instrumentalização que as instituições formadoras têm fornecido para a construção de uma identidade profissional? Que interesse as instituições do mundo do trabalho têm demonstrado por esta questão? Será este um problema de ordem meramente individual – daquele que escolhe – não havendo aí nenhuma responsabilidade coletiva?

Do que temos apreendido até o momento, concluímos que as escolas de 1º e de 2º grau representam um espaço importantíssimo para a aprendizagem e para o exercício de tomada de decisões e de realização de escolhas. Estes aspectos operam como condições básicas para um processo satisfatório de escolha profissional. Infelizmente, porém, este espaço tem sido pouco privilegiado: os orientandos que têm nos procurado não percebem a escola como fator facilitador da escolha da profissão; ao contrário, às vezes ela parece contribuir para a cristalização de preconceitos e de mistificações em torno de algumas ocupações. Também não há, por parte da escola, uma conscientização sobre a necessidade de se trabalhar a problemática da escolha profissional, quer pela falta de informações prestadas aos alunos (as quais, quando fornecidas, surgem apenas no 2º ou 3º ano do 2º grau), quer – e isto nos parece bastante grave – pela falta de oportunidade que oferece aos sujeitos de ocuparem um papel ativo na tomada de decisões sobre assuntos que lhe dizem respeito.

Se, como sugere Marisa TAVARES (1999, p.62) em uma reportagem recente para a revista *Época*: “É preciso namorar a profissão, antes de casar com ela”, evidenciamos, então, mais um problema: a falta de articulação entre o processo educativo e o mundo do trabalho. Sendo a teoria vivenciada como algo cada vez mais longe da prática, como pretender que o jovem possa se decidir por esta ou aquela ocupação, ao término do ensino médio? Este aspecto sugere-nos uma outra inquietante questão: Como as

empresas e as instituições de trabalho têm se ocupado da problemática da escolha profissional? Que espaço de aprendizagem elas têm oferecido?

O que temos observado, é que, mesmo por ocasião dos estágios profissionalizantes presentes nos currículos universitários, raras vezes se obtém das empresas a possibilidade de aprendizagem efetiva de uma profissão. É comum escutarmos dos estagiários que eles aprendem o que não devem fazer, ou não devem ser como profissionais! Parece-nos que o compromisso de tais instituições com a questão da escolha profissional, poderia ir um pouco além da abertura de vagas para futuros empregados com, no mínimo, 3 ou 4 anos de experiência comprovada...

Um outro aspecto relevante encontrado em nosso trabalho refere-se a uma certa omissão dos pais quanto à escolha. Na tentativa de serem imparciais e de não influenciarem seus filhos, dado o reconhecimento de que tal influência foi autoritariamente exercida até há alguns anos, os pais acabam ficando de fora do processo, o que, naturalmente, agrava o quadro da indecisão, deixando o jovem sem referências e sem a oportunidade de dialogar em casa a respeito de uma vivência que lhe é tão angustiante. Atualmente parece haver, por parte da família, uma preocupação deslocada: não se fala tanto da profissão e sim, do imperativo “Passar no Vestibular”...

Em nossa sociedade, a problemática da definição profissional é concebida e vivenciada como algo que diz respeito, meramente, ao sujeito que se encontra em tal situação. Nesse sentido, entender tal definição como resultante de uma vocação inata, torna-se extremamente confortável para todos os que, em tese, estariam implicados na questão, menos, certamente, para aquele que se angustia frente à indecisão.

Acreditamos ser necessário resgatar o compromisso da coletividade com essa problemática, que se inicia com a escolha de uma carreira, aos 16, 17 anos de idade e que prossegue ao longo da formação universitária e da vida profissional. A Universidade tem aí um papel importante para fazer valer sua função de agente educativo para a construção da identidade profissional: Há que se repensar as formas de acesso ao ensino superior, rever seus currículos bem como as práticas educativas que nela se desenvolvem, avaliar o comprometimento de seus docentes com a formação da identidade profissional de seus alunos, investigar com bastante cautela as razões dos altos índices de evasão, resgatar os vínculos imprescindíveis com o ensino

fundamental e o ensino médio e, fundamentalmente, fortalecer os laços, de forma crítica e construtiva, com o mercado de trabalho.

Em nossa experiência, pode-se constatar a necessidade premente de aproximação da UFPR com as escolas de ensino médio. Ao conhecer mais de perto as suas expectativas quanto à formação profissional, proporcionada nos cursos de graduação, certamente poder-se-á estabelecer as bases para a elaboração de instrumentos profícuos de avaliação institucional da Universidade e para o fortalecimento de seu vínculo com a comunidade.

BOHOSLAVSKY, já em 1977, na adenda à edição brasileira de seu livro, faz uma colocação bastante verdadeira da qual deriva uma pergunta inquietante; diz o autor:

O que hoje está em jogo não é só o futuro do jovem que orientamos. Seu amanhã depende do país do qual faz parte; e por círculos que se ampliam, atinge o próprio futuro da humanidade. **Qual é o papel que nos cabe, enquanto cientistas e enquanto pessoas, na luta em favor da liberdade e em prol de um futuro mais humano para o Homem?** (1979, pp. XXI e XXII – grifo nosso).

Frente a este desafio, como pensar o compromisso da ação psicológica no contexto da Orientação Profissional e da problemática da escolha da profissão?

Antes de mais nada, parece-nos que a primeira tarefa que se impõe ao psicólogo consiste no compromisso de rever sua própria identidade profissional, procurando continuamente evidenciar eventuais conteúdos completivos que possam estar intervindo em sua atuação junto às pessoas, que se propõe a orientar na escolha da profissão. Cabe ao psicólogo estar atento quanto ao poder de sedução, provocado pela demanda que lhe é dirigida, na relação transferencial, no sentido de vir a ocupar o lugar de mestria no desvelamento de aptidões e vocações, e na enunciação de desejos: a escolha da profissão, nunca é demais lembrar, diz respeito **àquele que escolhe**. Quando muito, o psicólogo poderá fornecer-lhe suporte emocional para a construção de sua identidade profissional, instrumentalizando o sujeito para o reconhecimento dos mecanismos inconscientes implicados na tomada de decisão, e para o conhecimento das profissões e do perfil profissional, das diferentes opções existentes em cursos técnicos e universitários, e das possibilidades do mercado de trabalho.

É também tarefa do psicólogo estar alerta e posicionar-se criticamente frente às diferentes maneiras com que propostas de Orientação Profissional vêm se inserindo na comunidade. Não é incomum verificar o uso de instrumentos simplistas e duvidosos, com fins claramente lucrativos, envolvendo a temática da escolha da profissão.

Pensando, ainda, na inserção da Orientação Profissional na comunidade, convém registrar uma outra preocupação relacionada à dimensão interdisciplinar desta área de atuação. Se por um lado, a temática da escolha profissional não deve – e nem poderia ficar restrita ao âmbito da Psicologia, pela salutar e necessária articulação desta com os diferentes campos do conhecimento que tratam de tal tema, por outro lado, não se pode entender a Orientação Profissional como “terra de ninguém”, onde profissionais de qualquer área se considerariam devidamente preparados para intervir. Parece-nos que, sobretudo no aspecto do autoconhecimento dos fatores pessoais que convergem para a realização da escolha de uma profissão, delinea-se aí uma especificidade de atuação. Cabe, portanto, ao psicólogo o desafio de resgatar e de compreender melhor a particularidade de sua intervenção no âmbito da Orientação Profissional, redimensionando o seu lugar e a sua função, junto aos demais profissionais. Para tanto, é preciso investir muito na formação qualificada de Orientadores Profissionais.

Os problemas sociais emergentes, de modo geral, têm exigido, dos profissionais de Psicologia, a superação de modelos conceituais e a ampliação de seu âmbito de trabalho. Assim, torna-se necessário ousar mais em intervenções de cunho preventivo e educativo, indo a campo, ao encontro da clientela que, potencialmente, pode se beneficiar de nossos serviços. O que pode fazer a Psicologia pela maior parte dos adolescentes que sequer conclui o grau e que acaba sendo absorvida pelo chamado submundo do trabalho? Como trabalhar a escolha neste caso? Temos aí uma importante questão ainda aguardando possíveis encaminhamentos.

No vasto universo da problemática da escolha profissional, restam ao psicólogo, também, o compromisso de estar atento às transformações do mercado de trabalho e às relações sociais existentes e o desafio de buscar e de criar espaços sociais para a discussão do tema e para a produção de novos conhecimentos. Diante de tantas questões e desafios, fonte de grande

inquietação, propõe-se a apresentação deste escrito como uma via preliminar de discussão do assunto.

Se, como bem disse FREUD, ser capaz de *amar* e de *trabalhar* constituem aspectos básicos da saúde psicológica do adulto, a questão da escolha da profissão merece, sem dúvida, ser investigada e tratada com muita coragem e empenho.

Referências bibliográficas:

BOHOSLAVSKY, R. *Orientação Vocacional: a estratégia clínica*. Trad. José M. V. Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MÜLLER, M. *Orientação Vocacional: contribuições clínicas e educacionais*. Trad. Margot Fetzner. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

PICHON-RIVIERE, E. *O Processo Grupal*. Trad. Marco Aurélio F. Velloso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LUCCHIARI, D.H.P.S (org.) *Pensando e Vivendo a Orientação Profissional*. São Paulo: Summus, 1993. 2ª edição.

CARVALHO, M.M.M.J. *Orientação Profissional em Grupo: teoria e técnica*. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

TAVARES, M. in: *Revista Época*. São Paulo: Editora Globo, 31 de agosto de 1998, Ano I, nº 15, pp. 60-65.